

MARINHO, Saldanha

*dep. geral CE 1848; dep. geral RJ 1861-1865; pres. MG 1865-1867; dep. geral PE 1867-1869; pres. SP 1867-1868; dep. geral AM 1878-1881; const. 1891; sen. DF 1891-1895.

Joaquim Saldanha Marinho nasceu em Olinda (PE) no dia 4 de maio de 1816, filho de Pantaleão Ferreira dos Santos e de Ágata Joaquina de Saldanha.

Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1836 e logo depois mudou-se para o Ceará, onde foi promotor público na cidade do Crato, além de secretário de governo, professor do liceu estadual e juiz dos feitos da fazenda em Fortaleza. Também no Ceará ingressou na política, filiando-se ao Partido Liberal e sendo eleito deputado provincial. Em 1848 foi eleito deputado geral e mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império. Exerceu seu mandato por cerca de um ano, pois, quando o Partido Liberal deixou de controlar o gabinete de ministros, a Câmara dos Deputados foi fechada. Passou então a se dedicar à advocacia, e em 1860 tornou-se redator do *Diário do Rio de Janeiro*, jornal que passou a editar com Quintino Bocaiúva.

Em 1861 foi novamente eleito deputado geral, mas agora pelo Rio de Janeiro. Foi reeleito em 1863, e em 1865 foi nomeado presidente da província de Minas Gerais. Durante sua administração, que se estendeu até 1867, procurou reabilitar o nome de Tiradentes e construiu monumentos em sua homenagem na cidade de Ouro Preto. Em 1867 foi reeleito deputado geral, agora pela província de Pernambuco, para a legislatura 1867-1869, mas entre outubro de 1867 e abril de 1868 presidiu a província de São Paulo, onde promoveu a criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1868 foi eleito senador pelo Ceará, mas não teve sua eleição reconhecida.

REPUBLICANO HISTÓRICO

Ainda em 1868, com queda do gabinete liberal dirigido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, houve uma cisão no Partido Liberal, o que levou a ala mais radical a se afastar do partido e iniciar a organização de uma agremiação republicana. Nesse contexto,

em novembro de 1870 participou da fundação do Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro, núcleo de formação do Partido Republicano, e integrou a comissão diretora, juntamente com Quintino Bocaiúva, Lafayette Rodrigues Pereira e Aristides da Silveira Lobo. Em dezembro, foi um dos signatários do Manifesto Republicano, redigido por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, lançado na primeira edição do jornal *A República*. Entre os quase 60 signatários do documento, encontravam-se Aristides Lobo, Cristiano Benedito Ottoni, Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Antônio Ferreira Viana, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Rangel Pestana, Miguel Ferreira Vieira e José Lopes Trovão.

Em 1872, integrou a comissão central do Partido Republicano responsável por consolidar a unidade do partido e dirigir o jornal *A República*, órgão oficial da agremiação. Também fizeram parte da comissão Quintino Bocaiúva, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Cunha, Salvador de Mendonça e Antônio Ferreira de Meneses. Durante o movimento que ficou conhecido como “Questão Religiosa”, ocorrido ainda na primeira metade da década de 1870, defendeu a maçonaria, da qual fazia parte. A contenda surgiu quando maçons foram proibidos pelo bispo dom Vidal, de Olinda, de ingressar nas organizações religiosas, em cumprimento a determinações do papa. Na defesa dos maçons, escreveu artigos publicados no *Jornal do Comércio* sob o pseudônimo de Ganganelli.

Em maio 1877, por orientação de Quintino Bocaiúva, concorreu às eleições municipais do Rio de Janeiro, ao lado dos liberais Antônio Felício dos Santos e Cristiano Ottoni, mas não conseguiu grande votação. Voltou a concorrer nas eleições para deputado geral em 1878, marcadas pelo retorno do Partido Liberal ao controle do gabinete imperial sob a liderança de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, futuro visconde de Sinimbu. Nesse pleito, foi eleito deputado geral pelo estado do Amazonas, onde os liberais lançaram sua candidatura para a legislatura 1878-1881. Durante o mandato, não se afastou das ideias republicanas e as defendeu em plenário, assim como o abolicionismo.

Em fevereiro de 1882 passou a integrar a comissão executiva do Partido Republicano e em junho de 1885 foi eleito para um órgão que o Partido Republicano chamou de Assembleia

Constitucional, composta por 21 membros, entre os quais Quintino Bocaiúva, João Clapp e José do Patrocínio. Voltou a disputar uma eleição em outubro, agora para o Senado, em chapa com Quintino Bocaiúva e Francisco Rangel Pestana, mas foram todos derrotados.

Em junho de 1887, durante o Congresso Republicano Federal, foi eleito presidente do conselho federal, ao lado de Quintino Bocaiúva (vice-presidente), Aristides Lobo (secretário), Campos Sales e Ubaldino do Amaral. O congresso buscava unificar as correntes republicanas do país, e, como resultado do encontro, aprovou-se uma constituição partidária e foi lançado um manifesto que atribuía à monarquia os problemas econômicos e sociais do Brasil e pedia o fim da escravidão. Além de Saldanha Marinho, assinaram o documento Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Rangel Pestana, Aristides Lobo e Ubaldino do Amaral. Ficou na presidência do conselho até o encontro realizado em julho de 1889 na cidade de Juiz de Fora (MG).

Depois que o general Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano, em 15 de novembro de 1889, foi eleito senador pelo Distrito Federal. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, e após a promulgação da nova Carta constitucional em fevereiro de 1891, passou, em junho seguinte, a exercer o mandato ordinário no Senado Federal. Em 1894 foi reeleito para mais uma legislatura.

Foi também grão-mestre da maçonaria do Grande Oriente do Brasil, membro e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 27 de maio de 1895.

Publicou diversos relatórios, defesas e apelações, além de artigos acadêmicos e políticos em diferentes revistas. Entre suas obras destacam-se *A questão da alfândega e o Dr. Joaquim de Saldanha Marinho* (1862), *O rei e o Partido Liberal* (1869), *Direito comercial, interpretação doutrinal dos artigos 293 e 350 e sua aplicação nos casos de falência* (1869), *A mesa da diretoria do Partido Liberal de Pernambuco e o conselheiro Joaquim de Saldanha Marinho* (1870), *O elemento servil* (1874), *Os atos do papado* (1874),

Decadência do papado (1874), Propaganda episcopal (1874), O assalto de Macapá e o ultramontanismo (1874), O governo e os bispos (1874) O confessionário (1874), O arcebispo da Bahia (1874), Julgamento do bispo de Pernambuco (1874), A execução da sentença do bispo de Olinda (1874), A declaração do senador conselheiro Zacarias de Vasconcelos (1874), A Igreja e o Estado (1876), A questão religiosa no Brasil, discurso na Câmara dos Deputados (1880), A monarquia e a política do rei (1885).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.